

O desenvolvimento económico português e o padrão transversal de crescimento, 1833-1985

O presente texto pretende, de forma simples e geral, enquadrar a experiência de desenvolvimento económico português no panorama geral da evolução económica mundial dos últimos duzentos anos. Neste esforço será concedido particular destaque à determinação das linhas essenciais da trajectória do crescimento económico nacional, procurando relacioná-la com os «padrões de desenvolvimento», identificados na literatura econométrica.

O ponto fundamental do trabalho consistirá na determinação do «padrão transversal de crescimento», relação entre o nível e a taxa de crescimento do produto *per capita*. Este conceito, nascido em relação com o estudo do modelo de «equilíbrio de pobreza», permite resumir, de forma rude, mas sintética e sugestiva, o essencial da dinâmica geral de uma economia. Assim, sobre os dados disponíveis do crescimento português será ensaiado um esforço de identificação deste tipo de comportamento na evolução económica portuguesa dos séculos XIX e XX.

Como primeiro ensaio, o estudo feito no presente texto é forçosamente muito rudimentar. Não só os dados utilizados justificam sérias cautelas, como também o tipo de abordagem escolhido pode e deve ser alvo de vários reparos. Por isso, é importante não sobrestimar os resultados obtidos. No entanto, tratando-se de um exercício elementar, não deixa de trazer resultados com potencialidades interessantes.

Na primeira secção são revistos brevemente alguns aspectos gerais da experiência de desenvolvimento português, que servem de pano de fundo à análise seguinte. A secção seguinte descreve, de forma muito esquemática, o modelo do «equilíbrio de pobreza», de onde resulta o conceito de «padrão transversal do crescimento», conceito este que é estimado, para a economia portuguesa, na secção 3. No ponto final apresentam-se algumas breves conclusões.

É importante referir que este texto não procura ultrapassar os limites de uma análise económica do processo de desenvolvimento. As categorias usadas são as da teoria económica, em particular da economia dinâmica. Mui-

* Universidade Católica Portuguesa.

tos outros aspectos poderiam (e deveriam) ser incorporados na análise deste processo histórico global, se não estivessem fora do alcance das capacidades do autor.

1. O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PORTUGUÊS

Antes de analisar os dados disponíveis, para encontrar a tendência profunda de crescimento da economia portuguesa, é importante fazer uma passagem breve pela literatura sobre este tema. Deste modo, procurar-se-á determinar o pano de fundo onde radicar as considerações que a análise quantitativa sugere.

À primeira vista, se se tomar como referência a visão popular e correntemente apresentada sobre o processo de desenvolvimento português, aparece claro um tom geral de desânimo e reprovação. Segundo esta ideia, Portugal estaria num contínuo estado de crise crónica, se não mesmo de «decadência», desde que as caravelas portuguesas deixaram de ditar as leis ao planeta¹. Pode-se mesmo dizer que as teses «decadentistas» dominaram durante décadas o pensamento corrente sobre a realidade económica nacional dos séculos XIX e XX e até algum do seu estudo científico.

Recentemente, porém, esta concepção algo simplista começou a ser iluminada por vários autores, que trouxeram uma nova visão à análise do desenvolvimento português. Não é aqui o lugar próprio para descrever esses contributos, mas pode ser referido que, para o estudo do economista do desenvolvimento, se revelam com particular interesse os trabalhos que procuram esclarecer o comportamento da economia portuguesa em três períodos particulares: a segunda metade do século XVIII, a parte final do século XIX e o período que sucedeu à segunda guerra mundial.

Na verdade, estes momentos históricos são especialmente notáveis por incluírem, em termos internacionais, o mais elevado número de sucessos de desenvolvimento². A situação portuguesa nessas épocas explica muitas das características particulares do nosso padrão de desenvolvimento. Assim, obras como o livro do Prof. Borges de Macedo (Macedo, 1982) transformaram a forma de encarar a situação económica do nosso século XVIII, enquanto a concepção que tínhamos das últimas décadas do século XIX foi transformada por trabalhos como Pereira (1978) e (1983), Justino (1988) e Reis (1984) e (1987). Na análise do crescimento do post-guerra, mais recente, existe uma quantidade muito superior de estudos, suportados por uma evi-

¹ Como símbolo dessa ideia, pode apresentar-se um recente testemunho internacional insuspeito e supostamente imparcial onde, para caracterizar a economia portuguesa, se afirma de forma taxativa: «Entry into the EC in 1986 let a strong, cold wind into the musty anteroom that Portugal had inhabited since it was temporarily absorbed into Spain in 1580» (*The Economist*, 1989, p. 195).

² Este facto, hoje consensual, pode ser verificado em textos de Kuznets (1972) ou Rostow (1960), cap. 4.

dência empírica mais acessível³. Estes são apenas alguns dos exemplos mais citados de uma crescente bibliografia sobre os temas.

De todos estes trabalhos resulta uma visão geral muito mais favorável sobre o nosso processo de desenvolvimento. Portugal continua sendo um país de desenvolvimento tardio, tendo conseguido crescimento auto-sustentado apenas no período pós-1945. Mas parece claro que, dadas as circunstâncias da economia portuguesa, e comparando com os processos de desenvolvimento de «países análogos», dificilmente seria de esperar um comportamento radicalmente superior⁴. E, uma vez entrado em linha expansiva, após a guerra, Portugal situou-se mesmo entre os países mais dinâmicos do mundo, facto patente ao notar-se que vários estudos internacionais o classificam entre os maiores sucessos económicos da época⁵.

Dos múltiplos aspectos importantes para analisar o processo dinâmico nacional, tem particular interesse, para o economista do desenvolvimento, a caracterização da situação estrutural básica de Portugal, aquilo a que se pode chamar as «heranças básicas» do nosso desenvolvimento (Neves, 1989). Estes elementos profundos e determinantes modelam, de forma irredutível, toda a evolução a longo prazo de uma economia. É claro que, em tão breve texto, é impossível esboçar, sequer, tais elementos, mas é possível referir dois aspectos simples, mas essenciais.

Em poucas palavras, pode-se dizer que Portugal tinha, à partida, condições ambivalentes para o desenvolvimento. Em primeiro lugar, Portugal apresentava-se como um país pequeno, de fronteiras estáveis quase desde a sua fundação, com população culturalmente homogênea, mas com microrregiões distintas. Estes factos determinaram a inevitável dependência da situação interna em relação ao que se passa pelo mundo e a necessidade de uma estratégia complexa e flexível, que tivesse em conta as características particulares das várias subzonas.

Mas, simultaneamente, a estabilidade de fronteiras e a civilização portuguesa, antiga e endemicamente cristã, determinaram a ausência de confrontos étnicos, raciais ou culturais graves. Este aspecto é particularmente importante, porquanto a estabilidade social é um aspecto sempre referido como essencial para o sucesso no desenvolvimento⁶. Claro que a evolução económica portuguesa sujeitou o País a enormes tensões sociais e políticas, que explodiram em vários conflitos. Essas perturbações, aliás, encontram boa

³ Alguns exemplos de estudos económicos são Barbosa (1971) e (1972), Confraria e Monteiro (1988), Confraria e Neves (1988), Moura (1969), Macedo *et al.* (1986), Neves e Confraria (1988), Silva *et al.* (1984) e Sousa (1969).

⁴ Reis (1984) analisa as possibilidades de uma entrada antecipada de Portugal no processo de crescimento, no final do século XIX, e Neves (1989) discute este aspecto, comparando o processo português com o de «países análogos».

⁵ Ver, por exemplo, Chenery e Syrquin (1975), p. 100, e Baum e Tolbert (1985), p. 189, para apenas citar textos do Banco Mundial.

⁶ Ver Kuznets (1973) e Neves (1987a) e (1989) para reflexões sobre a importância deste aspecto para o crescimento económico.

parte das suas causas no próprio desenvolvimento⁷. No entanto, em relação ao panorama mundial, a realidade portuguesa mostra-se particularmente pacífica, sem as convulsões que hoje assolam outros países.

A segunda «herança básica», modeladora da realidade socioeconómica portuguesa, teve também efeitos ambivalentes sobre as potencialidades nacionais de desenvolvimento. A epopeia dos Descobrimentos, a «herança de Avis», representou, por um lado, um elemento dinâmico essencial, mas trouxe, por outro, sérios problemas ao nosso progresso. O facto de, durante cerca de um século, Portugal ter sido a potência mundial dominante facultou-nos uma riqueza cultural, de nível planetário, que transformou o País. Mas, por outro lado, pode-se dizer, de forma simplista, que é nesse período que se podem encontrar as raízes da mentalidade «sebastianista» e «decadentista», que, como se disse, ainda hoje se revela. Esta atitude derrotista pode representar um sério obstáculo a um processo de desenvolvimento saudável⁸.

Em resumo, Portugal tinha, à partida, características favoráveis para realizar um processo de desenvolvimento equilibrado, apesar de existirem também fraquezas sérias. O resultado não foi, de forma nenhuma, desanimador, não se justificando as posições pessimistas radicais, que são, no entanto, comuns. Justifica-se agora uma análise dos dados concretos para apurar o padrão geral. Antes, porém, é importante descrever o modelo teórico que suporta essa análise.

2. O «EQUILÍBRIO DE POBREZA» E O «PADRÃO TRANSVERSAL DE CRESCIMENTO»

O modelo de «equilíbrio de pobreza» representa essencialmente uma hipótese sobre o comportamento de uma economia no estágio anterior à sua entrada no processo de «crescimento económico moderno» (expressão de Kuznets, 1966). A definição clássica do conceito de «equilíbrio de pobreza» deve-se a Ragnar Nurske, que, estudando o que chamava «círculo vicioso de pobreza», o caracterizou como «uma constelação circular de forças que tendem a agir e a reagir umas sobre as outras de forma a manter um país pobre num estado de pobreza»⁹. A frase lapidar que resume toda a teoria é ainda de Nurske: «Um país é pobre porque é pobre.»¹⁰

Este modelo, porém, não exclui a possibilidade de romper com esta teia paralisante. Pelo contrário, essa possibilidade de ruptura tem de estar pre-

⁷ Kuznets (1973) refere explicitamente o processo de desenvolvimento como gerador de conflitos. É possível, neste quadro, encontrar causas económicas para as lutas políticas portuguesas nos séculos XIX e XX. É interessante notar também, como Hirschman (1981), que muitos países com processos de crescimento bem sucedido no post-guerra sofreram ditaduras, seja de direita, seja de esquerda.

⁸ A influência negativa desta mentalidade sobre o processo de desenvolvimento é salientada por Hirschman em Meier e Seers (eds.) (1984), p. 93, com o conceito de «fracassomania» e por Harrison (1985). Ambos salientam que esta mentalidade é uma característica latina.

⁹ Nurske (1953), p. 4.

¹⁰ id.

sente no estudo do «equilíbrio de pobreza», como componente essencial do conceito. Por isso, nesta hipótese, quer o processo de queda e permanência na «armadilha da pobreza», quer o meio de a quebrar, fazem parte do conceito, pois correspondem a dois tipos de realidade concreta cujas características essenciais podem e devem ser integradas no mesmo sistema. Resumir o conceito à estagnação secular é tão erróneo como ignorar a possibilidade dessa estagnação. Assim sendo, a entrada de uma economia pobre no processo de desenvolvimento não é garantida nem impossível. Só com estas considerações ficará completo o quadro dinâmico de uma economia pobre.

Esta ideia, de procurar no estado de pobreza as causas da sua autoverificação, é extremamente intuitiva e está fortemente arraigada nas reflexões sobre o estado de carência. A sua origem pode ser relacionada com o conceito de «acumulação primitiva», de Adam Smith¹¹, e identificada em múltiplos autores ao longo da história da economia¹². A descrição do modelo no vade-mécum da teoria económica revela bem a sua actualidade (Samuelson e Nordhaus, 1989: 888-889).

O principal surto de teorização sobre este tema pode situar-se por volta dos anos 50. Nessa altura, vários autores, independentemente, trabalharam de formas complementares esta hipótese. Conceitos como o *vicious circle*, de Nurkse (Nurkse, 1953), *circular causation*, de Myrdal (Myrdal, 1944, cap. 3.7 e apêndice 3, 1957, cap. 2, e 1968, apêndice 2), *low level equilibrium trap*, de Nelson (Nelson, 1956), *critical minimum effort thesis*, de Leibenstein (Leibenstein, 1957), e, mais recentemente, *o equilibrium of poverty*, de Galbraith (Galbraith, 1979), aparecem como explicitações quase equivalentes do paradigma geral do «equilíbrio de pobreza». E mesmo trabalhos eminentemente políticos, como o conceito de *big push*, de Rosenstein-Rodan, (Rosenstein-Rodan, 1943), apresentam no seu suporte teórico relações com este paradigma.

No entanto, a definição do conceito, que parece simples e pacífica, é na verdade bastante difusa e levanta variados problemas metodológicos. Múltiplos trabalhos referiram-se a este modelo, mas poucos o trataram e nomearam claramente, e ainda menos se preocuparam em o formular de forma cuidada. Como se viu, muitos termos diferentes foram usados para o citar, e ele foi utilizado em ambientes teóricos e com objectivos pragmáticos mais variados. Inclusivamente, houve vários ataques expressos a este modelo, como em Bauer (1976), e até foram apresentadas hipóteses alternativas que defendiam a conclusão oposta à do modelo¹³. O esforço recente de isolar e clarificar o conceito deixou ainda vários aspectos por tratar¹⁴.

¹¹ Ver Smith (1776), pp. 493 e segs., e, para a discussão mais célebre do conceito, ver Marx (1867), liv. I, cap. xxiv.

¹² Neves (1990), parte 1, cap. 2, descreve algumas das mais importantes destas referências.

¹³ Gerschenkron (1952), ao defender que a velocidade de crescimento é directamente proporcional ao grau de atraso de uma economia, é um caso de opção dinâmica inversa da do «equilíbrio de pobreza».

¹⁴ Este esforço foi levado a cabo em textos como Neves (1987b), (1987c), (1988a), (1988b) e, sobretudo, em Neves (1990).

Nesse trabalho de síntese foram isoladas uma «versão forte» e uma «versão latente» do conceito (Neves, 1990, parte I, caps. 1-2). A primeira descreve um modelo bem definido e caracterizado, passível de teste científico, enquanto a segunda inclui vários estudos e análises que, utilizando uma lógica interpretativa análoga à desse conceito, nunca chegam a explicitar claramente as linhas gerais da hipótese. Esta última serve essencialmente para caracterizar a influência que o conceito tem na teoria económica.

Os traços fundamentais da versão forte do conceito, única suficientemente bem definida para poder ser considerada hipótese científica são (Neves, 1990, I, cap. 1, sec. 1.5):

- A caracterização multivariada do estado de pobreza, pondo acento tónico na interacção entre os diferentes factores em presença;
- O papel fundamental que os factores económicos têm nesta situação, no meio da multiplicidade referida no ponto anterior;
- O facto de a interacção referida entre os vários factores dentro da situação de pobreza conduzir à existência de um estado estacionário do sistema ao nível determinado de pobreza. Este estado será chamado «ponto de Leibenstein» (L);
- O perfil dinâmico do sistema. Neste ponto L verifica-se uma forte estabilidade, motivada pela interacção das forças referidas. A estabilidade mantém-se numa zona do sistema, até uma situação, superior a L , a partir da qual a mesma interacção inverte o seu efeito e passa a ser motor de um processo de crescimento auto-sustentado. Ao ponto de bifurcação do sistema chamar-se-á «ponto de Myrdal» e à distância entre os pontos L e M «desfazamento de pobreza».

Das proposições referidas ressaltam dois aspectos importantes para a caracterização sistémica do modelo. Em primeiro lugar, o modelo geral do «equilíbrio de pobreza» tem, obrigatoriamente pela primeira proposição, de ser multivariado. Por outro lado, a existência de dois pontos de estacionariedade, um estável e outro instável, exige uma formulação não linear. Estamos, portanto, perante um modelo de elevada complexidade.

A violação, nas realizações concretas do modelo, de qualquer destas duas condições¹⁵ só se justifica em relação a essa complexidade e ao imperativo de lhe escapar, para obter visões mais nítidas e concretas do processo. Esta imposição, motivada por pragmatismo, é patente, por exemplo, no sugestivo gráfico I — normalmente usado para ilustrar o modelo em causa e que aqui é tomado como referência —, que é univariado, usando o rendimento *per capita* (y) em substituição do vector de estado do sistema.

Esta curva, a que se chamou «padrão transversal do crescimento», é uma forma reducionista, mas sugestiva, de apresentar o conceito e será muito uti-

¹⁵ Sobretudo a primeira, como, por exemplo, no já referido modelo de Nelson ou adiante, parte III.

lizada na secção seguinte para a estimação, através de especificações da fórmula geral, onde y' representa a taxa de variação do produto *per capita* ($y' = (dy/dt)/y$)

$$y' = f(y)$$

Esta forma não deve ser vista como imutável e rígida. Na verdade, existem muitos factores que podem fazer movimentar a curva. A estas influências, e à sua alteração, se fica a dever a entrada da economia no processo do crescimento. No entanto, a equação anterior, com a forma explícita no gráfico 1, pode servir para ilustrar uma especificação elementar do modelo.

No gráfico 1, além dos pontos de «Leibenstein» (L) e de «Myrdal» (M), caracterizadores da «versão forte» do «equilíbrio de pobreza», aparece um «ponto de Solow» (S). Este ponto equivale ao estádio estacionário do modelo neoclássico de crescimento (Solow, 1956; Swan, 1956; Mead, 1962). Aqui

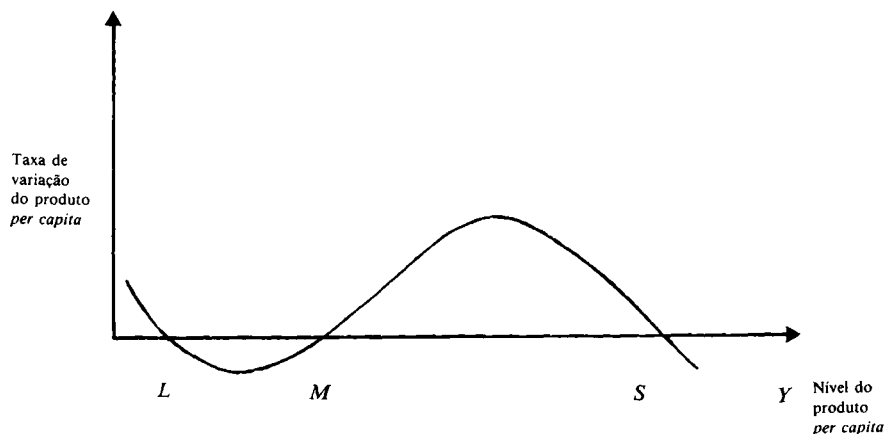


GRÁFICO 1 — Representação univariada do «equilíbrio de pobreza»

reside um dos aspectos mais importantes da síntese conseguida na «versão forte», que reside na possibilidade de integração do conceito de «equilíbrio de pobreza» na teoria geral do crescimento económico, esforço que é feito em Neves (1987b) e (1990), parte III. Esta integração pode fazer-se mesmo em relação à novíssima escola do «crescimento endógeno», resultante dos trabalhos de Romer (1986) e Lucas (1988)¹⁶.

¹⁶ Ver Neves (1990), parte III, cap. 2.

O «padrão transversal do crescimento» tem a grande vantagem de definir uma forma directamente testável e, portanto, de permitir a «falsificabilidade» popperiana da hipótese¹⁷. Foi exactamente com este sentido que a equação apareceu na literatura, como forma de testar a validade do «equilíbrio de pobreza»¹⁸, e não, como poderia parecer, enquadrada no estudo dos «padrões de desenvolvimento»¹⁹.

O exercício do presente texto consiste na estimação da citada equação com os dados seculares do produto *per capita* português. Propositadamente, a equação foi estimada sem qualquer refinamento, nem qualquer tratamento prévio dos dados, de forma a, dificultando o teste, robustecer as conclusões. Com esta análise é possível chegar a vários resultados.

Em primeiro lugar, o estudo serve para mais um teste à validade do modelo do «equilíbrio de pobreza», na linha de Neves (1987b) e (1990), mas usando dados *time-series*, em vez dos *cross-section* desses estudos. Em segundo lugar, é possível estimar, se o primeiro objectivo for conseguido, o período em que Portugal rompeu com esse equilíbrio estagnante. Finalmente, e visto que o «padrão transversal de crescimento» se não limita ao ponto de estagnação, o qual apenas representa a sua fase inicial, a estimação deste padrão pode ilustrar, de forma simples, mas sugestiva, a tendência básica de dinâmica nacional.

3. O PADRÃO TRANSVERSAL DE CRESCIMENTO PORTUGUÊS

Para a estimação da equação anterior torna-se importante conseguir uma série secular do produto nacional *per capita* português tão longa quanto possível. A recente publicação do trabalho de Nunes, Mata e Valério (Nunes, Mata e Valério, 1989) fornece, pela primeira vez, a base coerente adequada a este exercício²⁰. Sobre a referida série de produto *per capita* português foram calculadas as taxas médias de crescimento anual para a periodicidade de 5 e 25 anos. Os gráficos II e III resumem os resultados. Foi decidido calcular duas taxas de variação, e não uma, devido à dificuldade em definir uma taxa de variação de longo prazo. Na verdade, a equação só tem o significado pretendido se y' for calculada para o longo prazo. A utilização de duas definições alternativas para esse período (5 e 25 anos) confere maior generalidade ao estudo.

¹⁷ Ver, por exemplo, Blaug (1980), parte I.

¹⁸ Ver as tentativas de invalidação desse modelo em Morawetz (1977), p. 17, Little (1982), cap. 13, pp. 279 e 414, e Singer e Mahmood (1982) e a discussão deste ponto em Neves (1988a), cap. 4 e (1990), parte II.

¹⁹ Entre os expoentes mais conhecidos desta literatura estão, sem dúvida, Chenery e Syrquin (1975) e Syrquin (1988).

²⁰ No seminário, as estimações apresentadas baseavam-se na integração das séries de Justino (1987), Valério (1983) e (1987), BP (1986) e (1985-88). Os resultados, embora semelhantes na estrutura, eram menos claros que os agora apresentados.

PNB per capita a preços de 1914
1833-1985

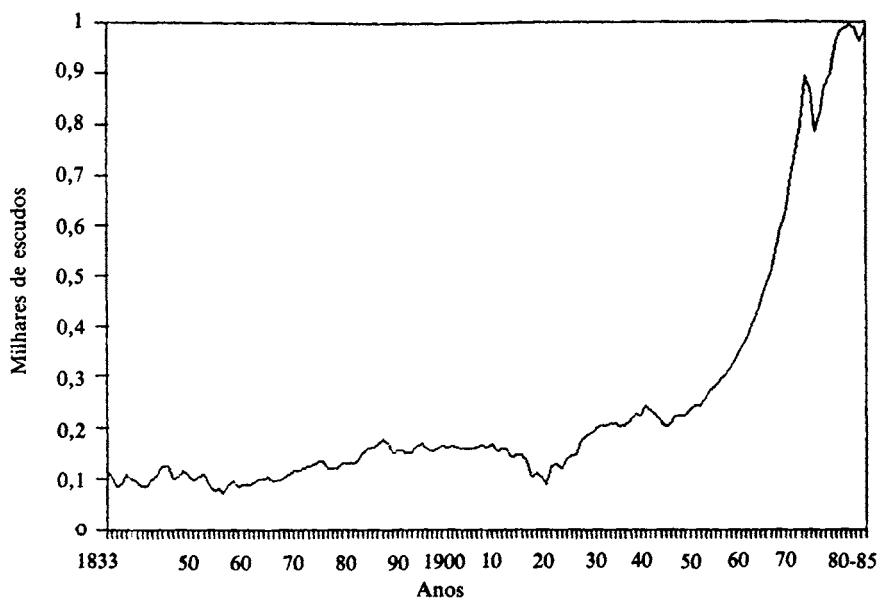


GRÁFICO II

Taxa de variação do PNB per capita a preços de 1914
1833-1985

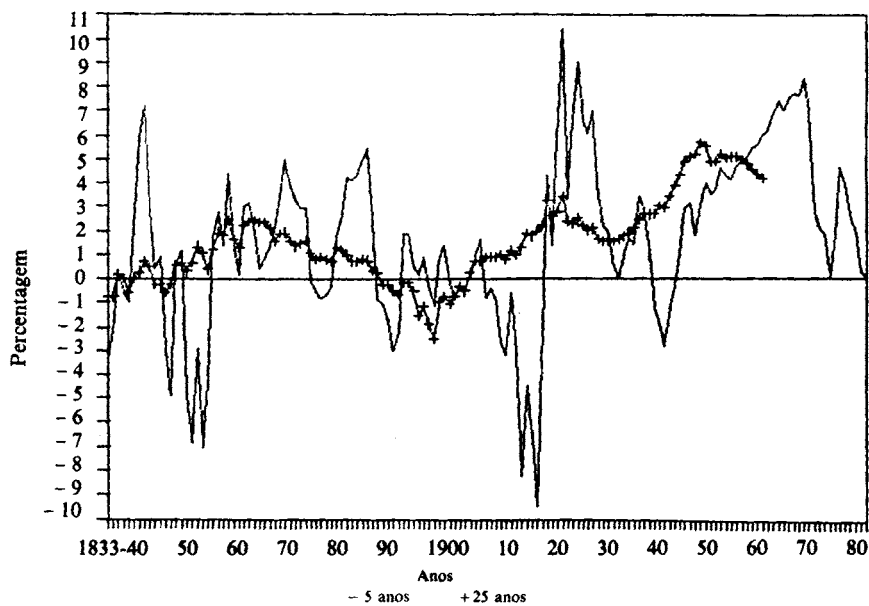


GRÁFICO III

Os quadros n.ºs 1 a 4 e os gráficos IV e V mostram os resultados das estimações. As estimações são, em geral, aceitáveis, dadas as características da amostra, como se pode ver pelo R^2 corrigido e pelo erro-padrão da estimativa (SEE) e pelos valores da estatística t dos parâmetros (entre parênteses). Apresenta-se, no entanto, uma autocorrelação positiva que, embora natural, dada a especificação do modelo, deverá ser corrigida. A homoscedasticidade pode considerar-se verificada²¹.

Regressões para o período completo com taxa a 5 anos (1833-1980) e a 25 anos (1833-1960)

[QUADRO N.º 1]

	1	Y	Y2	Y3	Y4	R2	SEE	d
5 anos	9,464 (4,286)	- 13,277 (- 4,410)	6,116 (4,844)	- 0,914 (- 4,668)	0,043 (4,296)	0,250 —	3,05 —	0,473 —
25 anos	9,523 (1,782)	- 12,002 (- 0,949)	2,067 (0,197)	2,096 (0,579)	- 0,528 (- 1,196)	0,558 —	1,17 —	0,165 —

Regressões para o período de 1833 a 1950 com taxa a 5 anos e a 25 anos

[QUADRO N.º 2]

	1	Y	Y2	Y3	Y4	R2	SEE	d
5 anos	- 16,152 (- 0,420)	72,933 (0,665)	- 94,509 (- 0,838)	47,786 (0,957)	- 8,301 (- 1,034)	0,040 —	3,30 —	0,45 —
25 anos	- 28,094 (- 2,109)	92,968 (2,451)	- 102,105 (- 2,614)	45,824 (2,650)	- 7,112 (- 2,558)	0,455 —	1,14 —	0,20 —

Regressões para o período final, com taxa a 5 anos (1865-1980) e a 25 anos (1865-1960)

[QUADRO N.º 3]

	1	Y	Y2	Y3	Y4	R2	SEE	d
5 anos	16,565 (5,399)	- 20,484 (- 5,451)	8,455 (5,800)	- 1,212 (- 5,629)	0,056 (5,261)	0,329 —	2,83 —	0,41 —
25 anos	37,200 (4,078)	- 65,536 (- 3,322)	39,355 (2,584)	- 8,997 (- 1,809)	0,663 (1,143)	0,648 —	1,12 —	0,27 —

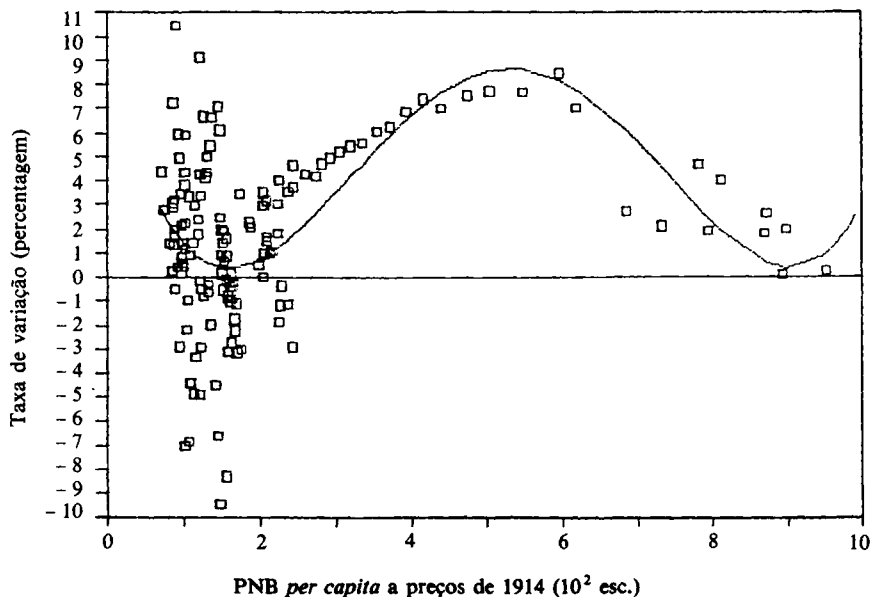
Regressões para o período de 1865-1950, com taxa a 5 anos e a 25 anos

[QUADRO N.º 4]

	1	Y	Y2	Y3	Y4	R2	SEE	d
5 anos	- 88,386 (- 1,091)	297,861 (1,415)	- 330,087 (- 1,656)	149,981 (1,833)	- 24,101 (- 1,959)	0,246 —	2,89 —	0,42 —
25 anos	- 92,759 (- 3,181)	271,297 (3,581)	- 276,444 (- 3,851)	118,284 (4,016)	- 18,003 (- 4,066)	0,611 —	1,04 —	0,23 —

²¹ O teste não paramétrico (Johnston, 1984: pp. 298-299) deu valores de 11,05 com 4 graus de liberdade (5 classes iguais) para a taxa a 5 anos e de 3,31 com 3 graus de liberdade (4 classes iguais) para a taxa 25 anos.

Taxa de variação (5 anos) versus PNB per capita
1833-1985



Taxa de variação (5 anos) versus PNB per capita
1833-1950

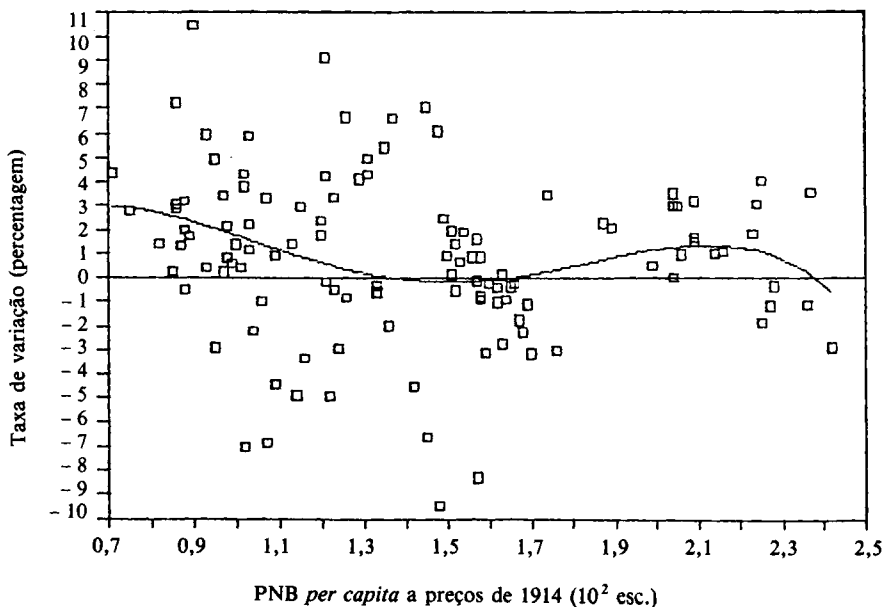
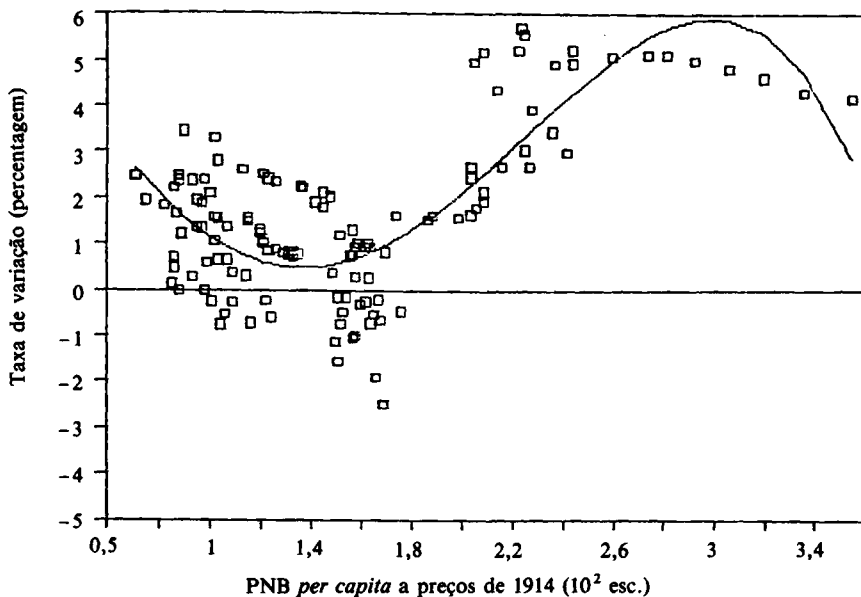
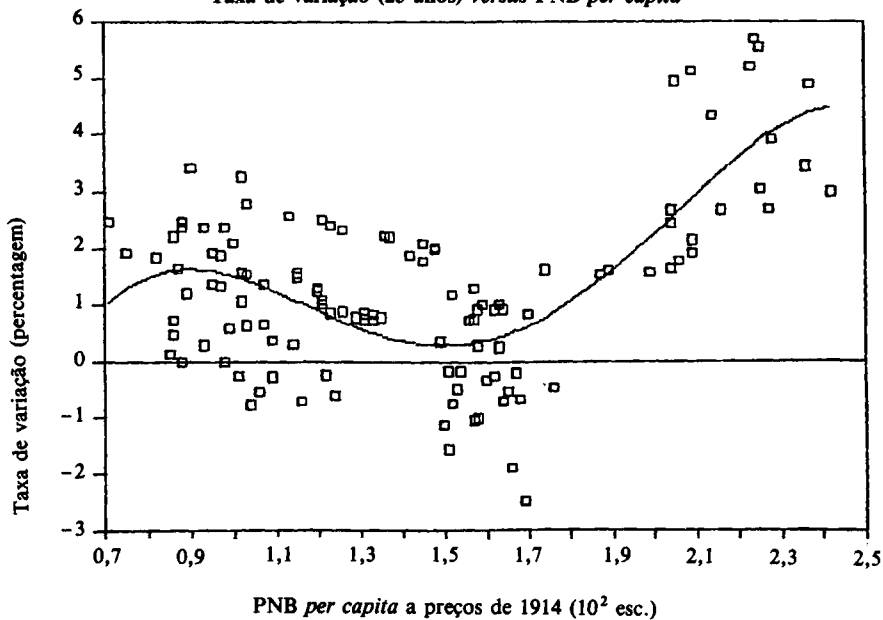


GRÁFICO IV

Taxa de variação (25 anos) versus PNB per capita
1833-1960



Taxa de variação (25 anos) versus PNB per capita



Além das estimações sobre a amostra total — quadro n.º 1, dados de 1833-1980 (5 anos) ou de 1833-1960 (25 anos) —, foram feitas estimações parciais para pormenorizar o comportamento dos vários períodos. Os gráficos apresentam apenas o comportamento do padrão para dois casos: o período completo (1833-60 ou 80) e o período inicial (1833-1950), correspondentes à aba esquerda do período total.

Em geral, as curvas adequam-se ao modelo do «equilíbrio de pobreza». Assim, a economia portuguesa teve um período de crescimento inicial, a que se seguiu um período de «crescimento latente»²² (que nas taxas a 5 anos aparece mesmo como um crescimento negativo), entrando então em crescimento sustentado. O painel inferior de cada gráfico pormenoriza a zona inicial do processo (crescimento inicial e estagnação), ao eliminar o período posterior a 1950, que é o de crescimento sustentado. O facto de o crescimento se ter desacelerado nos anos recentes é consequência da situação nas décadas de 1970 e 1980, mas não quer dizer que se tenha atingido o ponto final do crescimento, como aliás o mostra o gráfico IV.

Relativamente ao «equilíbrio de pobreza», é fácil identificá-lo na zona intermédia de estagnação. Para as taxas de crescimento a 5 anos, nas equações dos quadros n.ºs 2 e 4, é mesmo possível obter os valores estimados para os pontos de Leibenstein e Myrdal. Esses pontos verificam-se aos seguintes níveis:

	Quadro n.º 2		Quadro n.º 4	
	Escudos de 1914	Dólares de 1977	Escudos de 1914	Dólares de 1977
Ponto de Leibenstein	137,7	265,07	148,0	284,89
Ponto de Myrdal	163,9	315,51	180,6	347,72

Os valores do ponto de Leibenstein encontram-se à volta dos 260-290 dólares e do ponto de Myrdal à volta dos 310-350 dólares, o que pode ser considerado compatível com os valores obtidos em Neves (1990), parte II, cap. 3. Procurando identificar os períodos históricos a que correspondem as várias fases, observa-se que o ponto de Leibenstein se situa para os valores à volta do ano de 1885 e o ponto de Myrdal para os valores na segunda metade da década de 1920.

Assim, e segundo estas estimativas, no período final da Monarquia e da Primeira República, o País encontra-se dentro do «desfazamento de pobreza». O «equilíbrio de pobreza» teria sido quebrado na parte final da década de 20, e só mais tarde (década de 1950) o País terá entrado em crescimento sustentado. Estes resultados encaixam bastante bem com as observações históricas dos textos referidos na secção 1, o que constitui mais uma confirmação da qualidade dos resultados.

²² A relação entre o crescimento latente e o «equilíbrio de pobreza» pode encontrar-se referido em Neves (1990), fig. 4 do cap. 1 da primeira parte.

4. CONCLUSÕES

Utilizando o modelo do «equilíbrio de pobreza» e, em particular, o conceito de «padrão transversal de crescimento», o presente texto procurou identificar as tendências gerais do processo de desenvolvimento português. Apesar de se tratar de uma tentativa preliminar, foi possível reproduzir os resultados das análises históricas, quantificando essa trajetória.

O modelo de «equilíbrio de pobreza» mostrou boa aderência aos dados, revelando que Portugal se deve ter libertado do seu mecanismo paralisante na parte inicial do século XX. No entanto, em meados do século XIX, o País registou um crescimento apreciável, que o levou ao limiar preparatório do «equilíbrio». Este, uma vez quebrado, fez a economia portuguesa entrar em dinâmica auto-sustentada nas décadas de 50 e 60 do presente século.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. M. Pinto, 1971, «Portuguese Economic Development in the Presence of Post-War Foreign Policies of the US», in Kindleberger e Shonfield (eds.), *North American and Western European Economic Policies*, MacMillan.
- BARBOSA, 1972, *Discurso nos 125 Anos do Banco de Portugal*, Banco de Portugal.
- BAUER, P., 1976, *Dissent on Development*, 2.^a ed., Londres, Weidenfeld and Nicholson.
- BAUM, W., e S. Tolbert, 1985, *Investing in Development — Lessons of World Bank Experience*, World Bank Oxford University Press.
- BLAUG, M., 1980, *The Methodology of Economics*, Cambridge University Press.
- BP — BANCO DE PORTUGAL, 1985-88, *Relatórios do Conselho de Administração*, Lisboa (vários anos).
- BP — BANCO DE PORTUGAL, 1973-83, *Indicadores Económicos*, Lisboa.
- BP — BANCO DE PORTUGAL, 1986, «Séries longas para as contas nacionais portuguesas, 1958-1985», in *Documento de Trabalho*, n.º 15, de R. J. Cartaxo e N. S. da Rosa, Lisboa.
- CHENERY, H., e M. Syrquin, 1975, *Patterns of Development 1950-1970*, World Bank, Oxford University Press.
- CHENERY, H., e T. Srinivasan (eds.), 1988, *Handbook of Development Economics*, North-Holland.
- CONFRARIA, J., e M. Monteiro, 1990, «Industrialização e desindustrialização em Portugal», in *Estudo*, n.º 17, Lisboa, Departamento de Economia, FCH, UCP.
- CONFRARIA, J., e J. C. Neves, 1988, «Industrialization in Portugal (1948-1985): some Evidence and Notes on the Industrialization Strategy», texto apresentado no seminário *Structural Adjustment Policies and Position of Smaller European Countries in the International Division of Labour*, Belgrado, Dezembro de 1988 (em publicação).
- ECONOMIST, The, 1989, *The Economist Atlas*, The Economist Books, Hutchinson.
- GALBRAITH, J. K., 1979, *The Nature of Mass Poverty*, Cambridge, Harvard University Press, EUA.
- GERSCHENKRON, A., 1952, «Economic Backwardness in Historical Perspective», in A. Gerschenkron, *Economic Backwardness in Historical Perspective, a book of essays*, Cambridge, The Belknap Press, EUA, 1962.
- HARRISON, L., 1985, *Underdevelopment is a State of Mind*, University Press of America.
- HIRSCHMAN, A., 1981, «The Rise and Decline of Development Economics», in A. Hirschman, *Essays in Trespassing*, Cambridge University Press.

- INE — INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, 1965, *Anuário Demográfico*, Lisboa.
- JOHNSTON, J., 1984, *Econometric Models*, 3.ª ed., McGraw Hill.
- JUSTINO, D., 1987, «A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910 — algumas estimativas provisórias», in *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 97.
- JUSTINO, D., 1988, *A Formação do Espaço Económico Nacional. Portugal 1810-1913*, Lisboa, Editorial Vega.
- KUZNETS, S., 1966, *Modern Economic Growth*, Yale University Press.
- KUZNETS, S., 1972, «Level and Variability of Rates of Growth», in S. Kuznets, *Economic Growth of Nations. Total Output and Production Structure*, Cambridge, Harvard University Press. 1972, cap. 1.
- KUZNETS, 1973, «Nobel Lecture — Modern Economic Growth: Findings and Reflections», in S. Kuznets, *Population, Capital & Growth; selected essays*, Nova Iorque, W. W. Norton.
- LEIBENSTEIN, H., 1957, *Economic Backwardness and Economic Growth*, Nova Iorque, John Wiley & Sons Inc.
- LITTLE, I., 1982, *Economic Development. Theory, Policies and International Relations*, Nova Iorque, Basic Books.
- LUCAS, R., 1988, «On the Mechanics of Economic Development», Marshall Lectures, *Journal of Monetary Economics*, n.º 22.
- MACEDO, J. Borges de, 1982, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, Querco, 1.ª ed., 1963.
- MACEDO, J. Braga de, C. Corado e M. Porto, 1986, *Trade Liberalization Episodes in Portugal: an Overview*, World Bank, 2.ª ed., mimeo.
- MARX, K., 1867, *Das Kapital*, liv. I, trad. port. Difel-Difusão Editorial, S. A., São Paulo, 1985.
- MEAD, J., 1962, *A Neoclassical Theory of Economic Growth*, 2.ª ed., Connecticut, Greenwood Press.
- MEIER, G., e D. Seers (eds.), 1984, *Pioneers in Development*, World Bank, Oxford University Press.
- MORAWETZ, D., 1977, *Twenty-five years of Economic Development*, Washington DC, World Bank.
- MOURA, F. Pereira de, 1969, *Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- MYRDAL, G., 1944, *An American dilemma. The Negro problem and modern democracy*, Harper & Row.
- MYRDAL, G., 1957, *Economic theory and under-developed regions*, Londres, Gerald Duckworth & Co. Ltd.
- MYRDAL, G., 1966, *Asian drama — an inquiry into the poverty of nations*, Nova Iorque, Pantheon.
- NELSON, R., 1956, «A theory of low level equilibrium trap in underdeveloped economies», in *American Economic Review*, n.º 46, pp. 894-908.
- NEVES, J. C. das, 1987a, «Desenvolvimento num mundo em mudança», in *Encontro Fé e Cultura VI-VII, Ética e Liberdade*, Coimbra, CUMN.
- NEVES, J. C. das, 1987b, «O equilíbrio de pobreza: abordagem neoclássica de modelação», in *Estudo*, n.º 9, do Departamento de Economia da UCP, 1987.
- NEVES, J. C. das, 1987c, *Equilíbrio de Pobreza — Um Paradigma de Subdesenvolvimento*, texto apresentado no III Seminário Interdisciplinar sobre Teorias de Desenvolvimento/Subdesenvolvimento, ISCTE, mimeo, Lisboa (em publicação).
- NEVES, J. C. das, 1988a, «Equilíbrio de pobreza — esboço de formulação e estudo empírico», in *Economia*, vol. XII, n.º 2.
- NEVES, J. C. das, 1988b, «Poverty Equilibrium — An Introductory Systemic Analysis», in *European Journal of Operations Research*, vol. 37, n.º 1.
- NEVES, J. C. das, 1989, «A herança do desenvolvimento português», texto apresentado na conferência «Portugal 92 — Questões de Justiça e Paz no Desenvolvimento», CNJP, UCP.
- NEVES, J. C. das, 1990, *Da Validade Científica do Conceito de Equilíbrio de Pobreza*, tese de doutoramento, UCP, Lisboa, Cadernos de Ciências e Técnica Fiscal, Centro de Estudos Fiscais, Ministério das Finanças.

- NEVES, J. C. das, e J. Confraria, 1988, *The Portuguese Economy 1948-1985: a Brief Survey*, texto apresentado no seminário «Structural Adjustment Policies and Position of Smaller European Countries in the International Division of Labour», Belgrado, Dezembro de 1988 (em publicação).
- NUNES, Ana Bela, Eugénia Mata e Nuno Valério, 1989, «Portuguese Economic Growth 1833-1985», in *The Journal of European Economic History*, vol. 18, n.º 2.
- NURKSE, R., 1953, *Problems of capital formation in underdeveloped countries*, Nova Iorque, Oxford University Press.
- PEREIRA, M. Halpern, 1978, «'Decadência' ou subdesenvolvimento: uma reinterpretação das suas origens no caso português», in *Análise Social*, vol. XIV, n.º 53.
- PEREIRA, M. Halpern, 1983, *Livre-Câmbio e Desenvolvimento Económico*, 2.ª ed., Sá da Costa Editora.
- REIS, J., 1984, «O atraso económico português em perspectiva histórica, 1860-1913», in *Análise Social*, vol. XX, n.º 80.
- REIS, J., 1987, «A industrialização num país de desenvolvimento lento e tardio: Portugal 1870-1913», in *Análise Social*, vol. XXIII, n.º 96.
- ROMER, P., 1986, «Increasing returns and long run growth», in *Journal of Political Economy*, vol. 94, pp. 1002-1037.
- ROSENSTEIN-RODAN, P., 1943, «Problems of Industrialization of Eastern and South-eastern Europe», in *The Economic Journal*.
- ROSTOW, W. W., 1960, *The Stages of Economic Growth*, Cambridge, Cambridge University Press, EUA.
- SAMUELSON e Nordhaus, 1989, *Economics*, 13.ª ed., Mc Graw Hill
- SILVA, M., et al., 1984, *Planeamento em Portugal: Lições da Experiência*, Sá da Costa.
- SINGER, H., e Mahmood, 1982, «Is there a poverty trap for developing countries? Polarization: reality or myth?», in *World Development*, vol. 10, n.º 1.
- SMITH, A., 1776, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, trad. portuguesa: *Inquérito sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- SOLOW, R., 1956, «A Contribution to the Theory of Economic Growth», in *The Quarterly Journal of Economics*, reproduzido em Stiglitz e Uzawa (eds.), 1969.
- SOUSA, Alfredo de, 1969, «O desenvolvimento económico e social português: reflexão crítica», in *Análise Social*, n.ºs 27-28, vol. VII.
- STIGLITZ, J., e H. Uzawa (eds.), 1969, *Readings in the Modern Theory of Economic Growth*, Cambridge, Mass, MIT Press.
- SWAN, T., 1956, «Economic Growth and Capital Accumulation», in *The Economic Record*, reproduzido em Stiglitz e Uzawa (eds.), 1969.
- SYRQUIN, M., 1988, «Patterns of Structural Change», in Chenery e Srinivasan (eds.), 1988.
- VALÉRIO, Nuno, 1983, «O produto nacional de Portugal entre 1913 e 1947 — uma primeira aproximação», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 11.
- VALÉRIO, Nuno, 1987, «Aspectos das finanças públicas portuguesas: 1913-1983», in *O Estado Novo, das Origens ao Fim da Autarcia 1926-1959*, vol. I, Editorial Fragmentos.